



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

Processo: 00.003421/2026-30

Tipo de Processo: Eleições: Procedimentos Gerais

Assunto: Relatório Deliberação 65 - Cer/PS Cibele S. da Silva

Interessado: Comissão Eleitoral Regional do Estado do Rio Grande do Sul

DELIBERAÇÃO CONFEA-CEF Nº 106/2026

A COMISSÃO ELEITORAL FEDERAL (CEF), reunida em sua 7 Reunião Ordinária do exercício de 2026, realizada de forma presencial/virtual nos dias 08 e 09 de junho, em Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Eleitoral para as eleições de presidentes do Confea e dos Creas, de conselheiros federais e de diretores-gerais, administrativos e financeiros das Caixas de Assistência, aprovado pela Resolução nº 1.150, de 25 de abril de 2025,

Considerando que a Comissão Eleitoral Federal é o órgão superior responsável pela condução do processo eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Resolução nº 1.150/2025;

Considerando a decisão monocrática proferida pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região nos autos da Suspensão de Liminar nº 1015446-50.2026.4.01.0000, que restabeleceu integralmente a eficácia das Deliberações CEF nº 14/2026 e nº 15/2026 até o trânsito em julgado da demanda principal;

Considerando que, em cumprimento à referida decisão judicial, foi editada a Deliberação CEF nº 65/2026, restabelecendo os efeitos jurídicos e administrativos das Deliberações CEF nº 14/2026 e nº 15/2026, inclusive quanto às consequências decorrentes do descumprimento da exigência de desincompatibilização prevista para o processo eleitoral em curso;

Considerando que a Deliberação CEF nº 65/2026 determinou o encaminhamento à CEF dos processos de registro de candidatura relacionados às Deliberações CEF nº 14/2026, nº 15/2026 e nº 19/2026 que não tenham sido objeto de enfrentamento recursal, acompanhados de relatório sucinto contendo os fundamentos fáticos e jurídicos pertinentes;

Considerando que a Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS encaminhou a esta Comissão Eleitoral Federal os autos do processo de registro de candidatura de Cibele Serafini da Silva ao cargo de Presidente do CREA-RS, para apreciação quanto ao atendimento da exigência de desincompatibilização;

Considerando que o registro de candidatura foi inicialmente deferido pela Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS, por meio dos Editais CER-RS nº 01/2026 e nº 03/2026, sem apresentação de impugnações ou recursos, observando-se à época os efeitos da Deliberação CEF nº 19/2026;

Considerando que, após o restabelecimento da eficácia das Deliberações CEF nº

14/2026 e nº 15/2026 por intermédio da Deliberação CEF nº 65/2026, tornou-se necessária a reanálise da situação funcional da candidata sob a ótica das regras de desincompatibilização aplicáveis ao processo eleitoral;

Considerando que, em pesquisa realizada no Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, verificou-se que a candidata possui vínculo temporário junto ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul – DAER/RS, exercendo a função de Especialista Rodoviário – Engenharia Civil;

Considerando que, embora referido vínculo tenha natureza emergencial e temporária, decorrente das medidas adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul para enfrentamento das consequências dos eventos climáticos extremos ocorridos recentemente, a função exercida pela candidata possui natureza eminentemente técnica e profissional;

Considerando que as regras de desincompatibilização previstas na Resolução nº 1.150/2025 e interpretadas pelas Deliberações CEF nº 14/2026 e nº 15/2026 destinam-se a impedir que o exercício de determinados cargos ou funções possa influenciar a regularidade, a legitimidade e a isonomia do processo eleitoral;

Considerando que a atividade de Especialista Rodoviário – Engenharia Civil possui natureza essencialmente técnica, não estando associada ao exercício de poder de direção, comando, gestão superior, nomeação, contratação ou tomada de decisões administrativas capazes de proporcionar vantagem eleitoral indevida;

Considerando que não restou demonstrada nos autos qualquer circunstância apta a evidenciar potencial influência do exercício da referida atividade técnica sobre o processo eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua;

Considerando que, diante das peculiaridades do caso concreto, não se verifica hipótese de inelegibilidade decorrente do descumprimento da exigência de desincompatibilização;

Considerando que a matéria foi submetida à análise jurídica, cujas conclusões e fundamentos passam a integrar a presente decisão para todos os fins de direito;

Considerando, por fim, os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da isonomia e da segurança jurídica, que regem o processo eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua;

DELIBEROU:

Reconhecer que o exercício da função de Especialista Rodoviário – Engenharia Civil junto ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul – DAER/RS, nas circunstâncias constantes dos autos, não configura hipótese de inelegibilidade decorrente do descumprimento da exigência de desincompatibilização prevista nas Deliberações CEF nº 14/2026 e nº 15/2026.

Afastar a incidência das Deliberações CEF nº 14/2026 e nº 15/2026 ao caso concreto, por não se verificar potencial influência da atividade exercida pela candidata sobre a regularidade, a legitimidade ou a igualdade de condições da disputa eleitoral.

Manter o deferimento do registro de candidatura de Cibele Serafini da Silva para as Eleições Gerais do Sistema Confea/Crea e Mútua de 2026.

Dar ciência desta decisão à candidata, à Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS e aos demais interessados.

Brasília-DF, 08 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Brazil Alvim Versoza, Conselheiro Federal**, em 08/06/2026, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Montagnoli Robles, Coordenador(a)**, em 08/06/2026, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Alves Batista, Conselheiro(a) Federal**, em 08/06/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amarildo Almeida de Lima, Conselheiro Federal**, em 08/06/2026, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francis José Saldanha Franco, Conselheiro(a) Federal**, em 08/06/2026, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://confea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1577089** e o código CRC **AEBA07C6**.
